

Unidade Curricular

*Sociedade Civil e  
Democracia*

Material de apoio à  
ação docente



**SECRETARIA DE  
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

**Secretário de Educação e Esportes**

Marcelo Andrade Bezerra Barros

**Secretário Executivo Planejamento e Coordenação**

Leonardo Ângelo de Souza Santos

**Secretária Executiva do Desenvolvimento da Educação**

Ana Coelho Vieira Selva

**Secretária Executiva de Educação Profissional e Integral**

Maria de Araújo Medeiros

**Secretário Executivo de Administração e Finanças**

Alamartine Ferreira de Carvalho

**Secretário Executivo de Gestão da Rede**

João Carlos Cintra Charamba

**Secretário Executivo de Esportes**

Diego Porto Perez



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

### Equipe de elaboração

*Alexandre Robson de Oliveira*

### Equipe de coordenação

*Alison Fagner de Souza e Silva*  
Chefe da Unidade do Ensino Médio (GPEM/SEDE)

*Durval Paulo Gomes Júnior*  
Assessor Pedagógico (SEDE/SEE-PE)

### Revisão

*Daniela Sales Ribeiro de Moraes*  
*Rosimere Pereira de Albuquerque*



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

### Sumário

<b>1. Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>2. Falando de Democracia</b>	<b>10</b>
Orientações para realização de atividades	13
Orientações para a Avaliação	14
<b>3. As percepções da sociedade civil</b>	<b>15</b>
Orientações para realização de atividades	18
Orientações para a Avaliação	20
<b>4. Exercitando a cidadania</b>	<b>21</b>
Orientações para realização de atividades	25
Orientações para a Avaliação	27
<b>5. Referencial Bibliográfico</b>	<b>28</b>



## I. Apresentação

A Unidade Curricular *Sociedade Civil e Democracia* é parte integrante do Currículo de Pernambuco do Ensino Médio referente aos itinerários formativos. Sua presença nesse documento está localizada em duas trilhas e, em ambas, consta como unidade curricular obrigatória. São elas: *Direitos Humanos e Participação Social*; e *Juventude, Liberdade e Protagonismo* -, ambas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O fato de se apresentar apenas nas trilhas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas demonstra a importância que a temática e os conceitos que esta unidade curricular tem para a área de conhecimento. Um dos pontos essenciais abordados é o resgate e aprofundamento de conhecimentos, habilidades de área e habilidades específicas que estejam relacionadas aos componentes curriculares das Ciências Humanas. Esse resgate remete, sobretudo, aos objetos de conhecimento da Filosofia, da Geografia, da História e da Sociologia. Assim, percebe-se a conexão com objetos de conhecimentos como cidadania, democracia, Estado, sistemas de governo, desenvolvimento do capitalismo e suas fases, globalização e neoliberalismo, as correntes de pensamento dos séculos XVIII e XIX, redemocratização no Brasil, relação de poder com as instituições sociais, participação social e política, movimentos sociais, políticas públicas e sociedade civil organizada.

Por ser aprofundamento da Formação Geral Básica, é notável o diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio - uma vez que, na BNCC, as competências de área e suas respectivas habilidades específicas remetem a muitas das proposições que abordamos neste documento, como democracia, sociedade civil e cidadania. Também há uma relação com as competências gerais da BNCC sobretudo no que diz respeito ao exercício da curiosidade intelectual que fomente a investigação, a reflexão e análise crítica de modo a elaborar hipóteses, formular e resolver problemas que possam ser apresentados em seu cotidiano, bem como a valorização da diversidade de saberes e vivências culturais voltadas ao



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

exercício da cidadania e a seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

De acordo com os Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos, documento construído pelo Ministério da Educação por meio da portaria nº 1.432/2018, os eixos estruturantes permeiam todos os Itinerários Formativos por considerar que influenciam nas habilidades propostas de cada unidade curricular, de tal modo a direcionar o que se pretende que o estudante desenvolva ao longo dela. Nesse sentido, o eixo estruturante da unidade curricular *Sociedade Civil e Democracia é Investigação Científica* e a habilidade que reflete sua proposta diz:

(EMIFCHS01PE) - Investigar e analisar as relações entre sociedade civil e democracia no Brasil considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias, identificando os diversos pontos de vista e se posicionando mediante argumentação fundamentada de modo a apresentar conclusões éticas.

Tal habilidade sugere uma articulação e apropriação por parte dos estudantes a respeito dos conceitos aqui apresentados, conectando estes aos conteúdos trabalhados nos componentes curriculares da Formação Geral Básica em uma perspectiva mais ativa que favoreça sua participação nos trabalhos individuais e coletivos, sua argumentação e tomada de decisões de maneira crítica, ética e solidária. Enquanto investigação científica, o que se pretende, a princípio, é o trabalho de pesquisa que envolva o estudo teórico sobre os conceitos apresentados.

Entretanto, há sim um teor mais prático desta unidade curricular que pretende vislumbrar, por meio das sugestões de atividades, questões de ordem prática que permita aos estudantes a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, fazendo com que apresentem em seus trabalhos - escritos e/ou orais - o que desenvolveram ao longo dos estudos teóricos. Assim, a combinação de trabalho teórico com sua respectiva utilidade prática passa a ser também o foco do que apresentamos neste documento.



A ementa desta unidade curricular exige um trabalho mais aprofundado no que diz respeito aos fundamentos teóricos que se pretende abordar. Como podemos observar no trecho do documento: *Apresentação e discussão dos conceitos de Cidadania, Sociedade Civil, Democracia e dar exemplos de Teorias Políticas baseadas nesses conceitos. Realização de debates para confronto de ideias sobre os conceitos de Absolutismo, Liberalismo e Socialismo. Propor elaboração de textos filosóficos que articulem os conceitos discutidos em sala de aula e os contextos juvenis, promovendo teoricamente a elucidação de causas/consequências do desrespeito ao Estado Democrático de Direito nas sociedades contemporâneas.*

Propõe-se, portanto, a leitura de materiais bibliográficos que versem sobre as devidas temáticas, no qual o professor pode também apresentar links de plataformas digitais, canais virtuais, podcast, áudio book entre outros. Com isso, podemos, desde logo, dialogar com um dos princípios elementares de uma pesquisa científica que é a seleção de informações e fontes confiáveis. O exercício do fazer científico nos remete ao esforço constante de atentar aos estudantes questões fundamentais como a credibilidade que uma fonte tem, assim como sua relevância ao tema discutido e sua atualidade. Clássicos das ciências políticas não perdem sua validade por serem obras antigas, mas releituras desses trabalhos podem trazer novas percepções às obras apresentadas, abordando novos olhares e ponderando tanto a validação de suas considerações como refutando alguns pontos de vista de autores consagrados.

Em cada capítulo, encontra-se o conteúdo referente ao tema central que se apresenta, fornecendo uma discussão sobre alguns pontos-chave e, ao mesmo tempo, debate conceitos associados. Além disso, há igualmente uma parte de sugestões de atividades, com indicações de trabalhos, orientações, proposições diversas de ações pedagógicas aplicáveis em sala de aula. Não se trata de vislumbrar uma sequência didática, mas auxiliar o/a professor/a na construção de seu planejamento de maneira a fornecer elementos que fortaleçam seu trabalho docente. Existe também um apartado referente à avaliação no qual o professor poderá tomar como base indicações sugestivas no que diz respeito à análise e aos procedimentos avaliativos desenvolvidos pelos discentes ao longo dos trabalhos, relacionados em cada capítulo. Não são modelos avaliativos mas, sobretudo, orientações de acompanhamento que visam observar o alcance das habilidades por parte dos estudantes.



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

Neste material de apoio à ação docente, encontra-se a discussão de três pontos-chave que conduzem a unidade curricular: a democracia, a sociedade civil e a cidadania. Eles serão apresentados e desenvolvidos, respectivamente, nos capítulos a seguir. A abordagem sobre os princípios básicos da democracia e como esta foi mudando ao longo do tempo e em distintas sociedades abre a primeira parte da unidade curricular.

Em sequência, tem-se a abordagem dos aspectos ligados à sociedade civil e como sua concepção foi se estabelecendo em seus múltiplos aspectos até os dias atuais. A adoção de distintas perspectivas analíticas de vários autores é fundamental a que o/a professor/a possa ter subsídio a levar à sala de aula propostas de trabalhos que confluam o trabalho teórico de pensadores que conceberam o conceito de sociedade civil valorizando a reflexão crítica, no pensar de projetos e intervenções junto aos estudantes de modo que estes vislumbrem atitudes éticas em seu cotidiano.

A ideia de cidadania enquanto vivência cotidiana de toda realização coletiva socializada ao bem comum e que garanta direitos e deveres aos membros de uma dada sociedade, a importância construção da identidade de um determinado grupo social associada à aplicabilidade dos saberes apreendidos podem levar os/as estudantes a se colocarem como pesquisadores na construção do conhecimento cujo fruto será a viabilidade prática desses saberes. Aos docentes, vislumbra distintas abordagens pedagógicas, uma vez que favorece uma contínua docência dialógica.

Esperamos, assim, poder contribuir em meio à pluralidade de nossa sociedade almejando caminhos e fomentando sonhos, desejando que nossos estudantes frutifiquem através de suas realizações assentadas na desenvoltura de habilidades regadas pela ética, senso de coletividade, empatia, respeito, tolerância e práticas sustentáveis que façam desse mundo um lugar melhor para se viver.

O estudo da *Sociedade Civil e Democracia* vislumbra múltiplos olhares que não só fortalecem as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas ajudam a entender o mundo em que vivemos, com seus diversos desafios, demandas, entendimentos, problemáticas e carências. O olhar



**SECRETARIA DE  
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO**

atento a essas questões é um fator essencial ao amadurecimento da própria sociedade no que podemos considerar a aldeia global.



## 2. Falando de Democracia

Veza ou outra, a democracia aparece como pano de fundo para os mais diversos debates, seja em polêmicas virtuais como nas disputas narrativas nas redes sociais, em declarações acaloradas de representantes das casas legislativas sobre um ponto de vista que considere ser o correto, ou em programas de rádio e televisão em que se tenta expor determinada opinião recorrendo à democracia como argumento justificável ao que se quer defender. Embora sua existência não seja palpável, são nesses momentos que se percebe a importância de sua presença na sociedade contemporânea.

Mesmo não estando isenta de contradições, a democracia parece carregar um certo reconhecimento no senso comum: a sua existência é algo de que não podemos abrir mão, o que nos leva à máxima defendida pelo filósofo norte-americano Reinhold Niebuhr (1964, p. 51), pois, segundo Niebuhr, *“a capacidade do homem para a justiça faz da democracia possível, mas a inclinação do homem para a injustiça faz a democracia necessária.”*

Mas afinal, o que a torna tão importante? De que maneira é possível verificar ameaças a seus princípios mais elementares? Quais modelos são perceptíveis e viáveis ao mundo contemporâneo?

Uma definição básica sobre a democracia pode ser a de que é um regime político, que supõe um governo direto ou indireto da população cujo reflexo podemos ver na esfera política, na vida econômica, social e até cultural. Seu nascimento está associado à Antiguidade Clássica quando no século V a.C., os gregos atenienses conceberam a ideia de um governo do povo, cuja autoridade era soberana para exercer funções que hoje poderíamos chamar de legislativas e judiciárias. Nesse modelo ateniense, a participação dos ditos cidadãos (em sua quase totalidade representada por homens livres, nascidos na cidade-Estado e oriundos das camadas mais abastadas como os grandes proprietários de terra maiores de 20 anos) era direta, ou seja, os assuntos da pólis eram debatidos publicamente visando as decisões que valorizassem o bem



comum. Esta concepção ficou conhecida como **democracia direta** e dava forma à comunidade, pois concebia a ideia de um espaço público voltado para o governo da maioria.

O **conceito de democracia** tem variado de acordo com o tempo e o espaço, uma vez que sofreu influências de pensadores que, contextualizando com a realidade que viviam (guerras, revoluções, independências de colônias europeias, transformações nos meios de produção), conceberam novas ideias e contribuíram para a ampliação tanto da sua concepção quanto da aplicação prática do que é democracia. É no período classificado pelos historiadores de Idade Moderna, mais precisamente a partir do século XVII, que a democracia começa a ganhar novos contornos teóricos. De acordo com Rosenfield (2013), é entre o século XVII e XIX que o conceito de democracia passa a se vincular com o de Estado, pois, com as contribuições de teóricos da filosofia, da ciência política e de outros campos do conhecimento da sociedade surgem formulações que atribuem um papel crucial do Estado no funcionamento das prerrogativas democráticas. O autor comenta que:

Imediatamente salta aos olhos a vinculação de fato entre democracia e o Estado moderno. Mais precisamente, observa-se frequentemente que a democracia se tornou uma adjetivação do Estado em expressões como “Estado democrático”. É como se a democracia tivesse perdido a sua significação prática de ser o lugar público do processo de identificação da sociedade consigo em proveito de uma nova forma de organização política. Com efeito, o Estado moderno vem a cumprir esse papel de estruturação da sociedade a partir de uma nova posição: o lugar onde se cria o mecanismo que, independentemente do espaço público dos cidadãos, ganha existência própria e controla a sociedade desde fora. (ROSENFELD, 2013, p. 37)

Como vimos, as mudanças ocorridas nos diferentes países contribuíram para que muitos pensadores refletissem novas formas de organização social e, por sua vez, percebessem regimes de governo que melhor acomodassem a democracia na sociedade. É nesse contexto que surgem os contratualistas, pensadores que, entre os séculos XVII e XVIII, entendiam a necessidade de uma espécie de contrato social para um melhor convívio entre os habitantes de determinado agrupamento social, cujo acordo entre os membros da sociedade reconhecia uma autoridade estabelecida para a tomada de decisões que incidissem ao bem comum por meio de um conjunto de regras que estabelecia como princípio básico a igualdade entre seus membros. Como bem pontuou Bobbio (1982):



O pensamento político moderno, de Hobbes a Hegel, caracteriza-se pela constante tendência – ainda que no interior de diferentes soluções – a considerar o Estado ou sociedade política, em relação ao estado da natureza (ou sociedade natural), como momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem, ser racional; como o resultado mais perfeito ou menos imperfeito daquele processo de racionalização dos instintos ou das paixões ou dos interesses, mediante o qual o reino da força desregrada se transforma no reino da liberdade regulada. (BOBBIO, 1982, p. 31)

Experiências como as revoluções burguesas europeias e a independência do que viria a ser o Estados Unidos da América forneceu elementos para o surgimento de concepções como democracia representativa, em que princípios como sufrágio universal, observância à Constituição estabelecida, a igualdade de todos perante a lei e mandatos eletivos com temporalidade definida aos representantes legais do poder público, passaram a habitar o debate sobre como a democracia se comportaria a partir desses princípios.

Dessa forma, as novas ideias da era moderna cada vez mais estreitaram a relação entre democracia e Estado e, com isso, as formas como se concebiam este último contribuíram para influenciar a maneira como a existência da própria democracia se comportaria a partir de então. O liberalismo é um exemplo típico de tal influência, pois ao defender ideias como a liberdade individual, de modo que este bem individual coincida com o bem comum, o indivíduo é visto como parte de um todo social, sendo o Estado o mediador dos interesses privados e coletivos. A construção de um Estado liberal invoca, dessa maneira, a de uma democracia representativa liberal. Sendo assim, o Estado passa a se comportar como mediador dos limites entre e a preservação das liberdades individuais e da vida privada, e as necessidades e imposições de ações de interesse público.

Outras concepções contribuíram para o surgimento de novas abordagens que influenciaram a construção de uma nova ideia de Estado e que, por sua vez, intervieram no modo como a democracia era vista, ora se completando, ora se contrapondo. Nos capítulos que se seguem, retomaremos a discussão de algumas ideias aqui apresentadas comparando-as com outras igualmente influentes, observando, igualmente, o papel que tais pensamentos tiveram na origem de termos como democracia participativa, democracia republicana e democracia deliberativa.



## Orientações para realização de atividades

Como sugestão de atividade, é importante abordar a discussão de como os estudantes entendem a democracia. Que conceito eles carregam? De que forma acreditam que ela se aplica? Que características possuem uma sociedade tida como democrática?

Sugerimos a análise do que é democracia por meio dos sistemas de governo existentes na atualidade. Como exemplo, a comparação entre o sistema de governo brasileiro com o de outros países como Inglaterra, Itália e Suécia. Assim, é possível perceber que cada um trata a democracia com distintas formas de atuação, pois um é uma monarquia parlamentarista, outro é uma república presidencialista, outro uma república parlamentarista, mas todos são regimes democráticos. Uma provocação a se propor é solicitar que eles analisem o sistema de governo brasileiro comparando com o de outros países, considerados também democráticos, de modo que respondam questões como: Apesar de seus sistemas de governo, o que faz com que sejam considerados democráticos? Quais semelhanças há entre os sistemas de governos analisados? Que princípios são considerados sagrados nas leis dos países analisados?

O objetivo dessa ação é fazer com que percebam, por meio dos sistemas de governo, características comuns às democracias.

Outra ação, que pode ser complementar ou independente da apresentada anteriormente, é a análise comparativa por parte dos estudantes de exemplos de países que são considerados democráticos e outros que não sejam classificados como tais e, nesse momento, o docente pode pedir que os estudantes explorem os conceitos de **absolutismo**, **liberalismo** e **socialismo**. Pedindo que, na comparação, os estudantes sejam capazes de apontar características que tragam subsídios para a discussão de um regime democrático e em que medida um país pode não ser considerado como democrático, ou algum que as prerrogativas democráticas estejam sob ameaça. O objetivo da ação é fazer com que os estudantes reflitam, pesquisem e aprendam a defender seu ponto de vista de acordo com o estudo realizado, apresentando as fontes nas quais coletou os dados avaliados. A socialização dos trabalhos realizados é fundamental para



que se possa discutir ideias afins e divergentes, abrindo espaço para perguntas e opiniões ao final de cada bloco de apresentação.

## Orientações para a Avaliação

Deve-se observar se os estudantes conseguem trabalhar seu poder argumentativo. Ao longo de toda a unidade curricular, a argumentação será um dos focos essenciais que, de forma recorrente, permeará os trabalhos a serem realizados. Para tanto, é importante perceber as diversas formas de expressão de ideias e argumentos, sejam elas escritas, orais, através de expressões artísticas ou iconográficas.

Também deve ser observado se os estudantes conseguem trabalhar em grupos, respeitando os pontos de vista discordantes de modo a realizarem atividades nos mais diversos formatos (exposição de murais, apresentação oral, debates, simulação de defesa de trabalho escrito entre outros relacionados). Por essa perspectiva, é essencial saber se conseguem lidar com as diferenças de personalidades existentes em grupos e se são capazes de pensar soluções em meio a conflitos ocasionados por essas diferenças.



### 3. As percepções da sociedade civil

Vimos no capítulo anterior que a democracia, enquanto conceito, foi se moldando por meio de influências de diferentes pensadores, cada um a seu modo, contribuindo com análises e perspectivas diversas que legou ao mundo contemporâneo uma compreensão mais ampla do escopo democrático. Para alguns autores, uma das formas de sentir a existência da democracia é por meio da chamada sociedade civil.

A sociedade civil, de forma geral, compreende o conjunto das associações, movimentos, universidades, entidades de classe, instituições religiosas e científicas que não fazem parte do Estado no sentido weberiano, isto é, o Estado como coerção, como violência, mas que influenciam decisivamente a vida política. Entendido dessa forma, o sistema democrático moderno permite, assim, que as populações tenham algum poder de decisão sobre a própria vida, embora com diversas limitações. Uma delas é o fato de que nem sempre o Estado toma decisões gerais que atendam às necessidades da população como um todo. Esse é um problema complexo, dado que há muitos interesses divergentes entre a própria população e seus distintos segmentos (mulheres, pessoas negras, indígenas, imigrantes, idosos, crianças etc), assim como há diferentes formas de concentração de poder entre grupos.

A relação entre o Estado e a sociedade civil tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores das Ciências Humanas. Bobbio (1982), em seu trabalho *O conceito de sociedade civil*, comparou distintas perspectivas conceituais de vários pensadores a respeito da sociedade civil. Em Hegel o autor observa que ela é parte do Estado, e como tal se coloca como superação da sociedade pré-estatal, ou seja, é um momento novo e não um aprofundamento. Nesse sentido, a sociedade civil é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, segundo os princípios do Estado liberal, e é conjuntamente sociedade burguesa. Em Marx o autor encontra um paralelo à reflexão de Hegel onde pontua:

O Estado não se apresenta mais como superação da sociedade civil, mas como simples reflexo dela: se a sociedade civil é assim, assim é o Estado. O Estado contém a sociedade civil, não para resolvê-la em outra coisa, mas para



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

conservá-la tal qual é; a sociedade civil, historicamente determinada, não desaparece no Estado, mas reaparece nele com todas as suas determinações concretas. (BOBBIO, 1982, p. 22)

Em Gramsci o autor releva um papel significativo no sentido de considerar os trabalhos deste pensador para a compreensão da sociedade civil, ao passo que liga os acontecimentos relacionados a ela como tão ou mais decisivos quanto o que acontece nas eleições, no congresso nacional, na presidência da república, no exército, na administração pública, enfim, no que consideramos o Estado.

Em contribuições acadêmicas mais contemporâneas, a discussão a respeito da relação da sociedade civil com o Estado tem apresentado embates, conciliações e mudanças de posturas que, ao longo do tempo, foram dando novas conotações a essa relação. Cohen (2003), em seu estudo *Sociedade civil e globalização*, nos dá uma pista sobre uma possível origem do que viria a ser o que chamamos hoje de sociedade civil:

É importante salientar que o aparecimento da sociedade civil aconteceu junto com o desenvolvimento do moderno Estado territorial soberano. Em outras palavras, foi a vinculação do Estado ao direito e ao desenvolvimento da soberania e do constitucionalismo jurídico interno que permitiram o surgimento do modelo tripartite. O constitucionalismo e o governo representativo, isto é, o nascimento de uma sociedade política (partidos), responsiva e responsabilizável, e de uma sociedade jurídica autônoma (juristas, tribunais), tornaram-se indispensáveis para a estabilização da diferenciação entre o Estado moderno, a sociedade civil e a economia de mercado. (COHEN, 2003, p. 17)

O autor enfatiza que a sociedade civil seria um lugar onde os cidadãos pudessem discutir seus problemas comuns com alguma liberdade diante do dinheiro e do poder. A disputa entre valores e os debates de ideias são, neste contexto, fundamentais para determinar quem vai liderar o projeto de poder, e este será o condutor das novas normativas da sociedade, ou seja, irá definir que grupos - dentro dela -, terá a hegemonia. Ainda segundo o autor, a suposta liberdade da sociedade civil nunca seria total pois os ricos e poderosos sempre conseguiriam encontrar meios de influenciar as decisões a seu favor. Para tentar evitar problemas como estes, é necessário fortalecer os instrumentos democráticos da sociedade.



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

Completando essa linha de raciocínio, o mesmo autor considera que o mundo globalizado trouxe uma nova versão ao que podemos compreender enquanto sociedade civil, cuja nomenclatura se popularizou servindo para designar desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não governamentais, grupos em defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais. E segue argumentando:

Aliás a ideia de uma sociedade civil mundial ou transnacional já se tornou a principal contribuição do século XXI ao debate sobre esse conceito. E assim como no passado, na maioria das vezes o discurso da sociedade civil trata-a como elemento essencial para a democracia e o processo de democratização e como a fonte principal da solidariedade e da integração social. (COHEN, 2003, p. 2)

Na amplitude das percepções desses autores, podemos apreender significados variados que nos ajudam a ler melhor o mundo que nos cerca. Dessa maneira, o espaço que concerne à sociedade civil simboliza o encontro das demandas sociais de diferentes grupos, com suas pautas, seus desejos, seu histórico de lutas, cuja tentativa de ser vista pelo coletivo expõe uma nova visão de mundo. Como apresentamos, o mundo contemporâneo tem ressignificado o sentido de sociedade civil, construindo uma malha complexa de sentidos que atenda as necessidades dos distintos elementos e grupos e suas respectivas bandeiras.

É nesse contexto, que se faz urgente uma contextualização da sociedade contemporânea, com toda sua dinâmica e constante transformação, onde cada defesa de pauta inclusiva, cada demanda de grupo minoritário, cada anseio de mudança que atenda as camadas sociais menos favorecidas, cada necessidade de nova regulamentação legal que proteja o cidadão contra o abuso do capital tem que ser visto como uma emergência dos novos tempos, pois entendendo a sociedade como algo em permanente mudança, cada momento histórico vislumbra suas próprias demandas. A democracia se insere nessa realidade como o aperfeiçoamento dos recursos práticos que, cotidianamente, visam atender às múltiplas questões dos vários grupos sociais que por ela lutam por firmar seu espaço.



## Orientações para realização de atividades

Como sugestão de atividade relacionada a este capítulo, é importante que os estudantes analisem os conceitos de sociedade civil, de modo que estejam conectados às ideias de identidade, diversidade e alteridade, favorecendo a identificação com os elementos do campo da ética, tais como a liberdade, a autonomia e responsabilidade, tendo como referências textos de pensadores que contribuíram com esta discussão na Idade Moderna e Contemporânea. Deve-se incentivar um debate com o intuito de interpretar criticamente a relação entre sociedade civil, democracia e poder político e suas implicações nos processos que legitimam os sistemas de organização política, tendo em vista a promoção do estado democrático de direito.

Uma abordagem prática seria fazer com que os estudantes, individualmente ou em grupos, analisassem leis ou projetos de lei que, de alguma maneira, se relacionam com políticas públicas. Para tal, é essencial que tenham acesso aos documentos oficiais, uma vez que tais documentos são evidências materiais dessas propostas e/ou concretizações de projetos. Uma análise sobre esses registros oficiais nos fornece uma visão da relação do Estado com a sociedade, da sua organização e estrutura, dos mecanismos de controle entre outras práticas. Um exemplo de registros oficiais são as legislações, os projetos de públicas e os documentos produzidos pelas esferas administrativas do Estado.

Ao escolher um projeto de lei, ou uma lei propriamente dita que se relacione diretamente com uma política pública, deve-se orientar os estudantes a considerar alguns questionamentos tais como: qual é o tema ou problema social envolvido no projeto de lei ou política pública que foi pesquisado? O que propõe este projeto de lei ou política pública de modo a intervir na sociedade? Qual justificativa está sendo apresentada para que se estabeleça este projeto de lei ou política pública? Quem são os agentes em defesa deste projeto de lei ou política pública (indivíduos, instituições, empresas, partidos políticos, movimentos sociais, órgãos públicos, organizações não governamentais, órgãos de imprensa)? Que setores da sociedade estão sendo representados por esses agentes? E quem se opõe a ele (caso exista grupos ou entidades que se manifestem contrário ao projeto de lei ou política pública



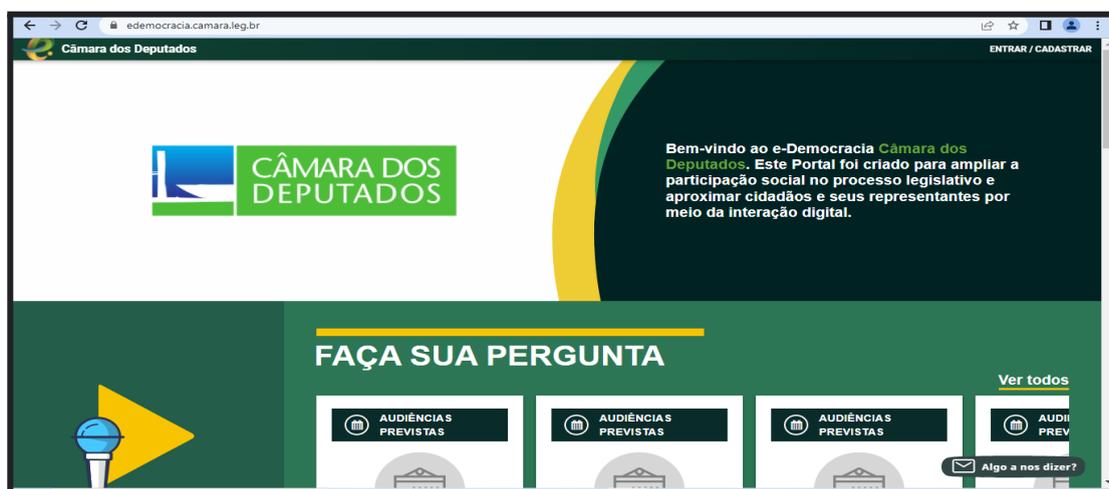
## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

estudado)? Quais são seus argumentos contra ele? Como o projeto de lei ou política pública está sendo veiculado pela imprensa? Tem sido amplamente difundido (há propagandas de algum órgão ou entidade que manifeste o interesse da disseminação de sua pauta ou campanhas publicitárias ligados a ele)? Caso não haja divulgação, que razões podem explicar tal fato?

É essencial que os estudantes analisem e estruturem uma forma de comunicação (texto escrito, apresentação oral, roda de conversa, seminário etc.) e apresentem o resultado de sua pesquisa, atentando para o cuidado com as fontes analisadas e a veracidade das informações que nelas constam.

Sugerimos como uma possível fonte o portal da democracia veiculado pelo Governo Federal do Brasil, o [e-Democracia](https://edemocracia.camara.leg.br). Este portal, por se tratar de um órgão oficial do Estado, fornece informações confiáveis e de credibilidade. Sua função é apresentar à população brasileira informações que contribuam para a ampliação da participação social no processo legislativo e aproximar cidadãos e seus representantes por meio da interação digital. Como ferramenta da sociedade civil organizada, é crucial no acompanhamento de projetos de leis, normativas, consultas públicas em andamento e leis já aprovadas pelo Congresso Nacional.



<https://edemocracia.camara.leg.br/> Acesso em 8 abr. 2022.



## Orientações para a Avaliação

Deve-se observar se os estudantes se sentem motivados em analisar a realidade social que o cerca atentando para fatos, contextos e experiências que, de alguma maneira, interferem na sua vida, seja no ambiente escolar, comunitário, ou das vivências sociais que envolvem a presença da sociedade civil articulada e mobilizada.

Perceber o grau de domínio sobre certas abordagens, analisando seus pontos de vista, de modo a contribuir na construção e apresentação de suas narrativas de maneira clara, objetiva e crítica. Considerar se conseguem elaborar hipóteses que suscitam a resolução de um dado problema aplicando, para tanto, estratégias que sejam viáveis, legais e éticas.

Observar se são capazes de confrontar ideias discordantes de modo a comparar argumentos que possam ser defendidos ou refutados, levando em consideração o apoio teórico de autores que versam sobre questões a respeito da democracia e da sociedade civil, analisando se suas interpretações a respeito destes autores correspondem à uma leitura correta de suas obras ou um desvio interpretativo do que foi apresentado.



## 4. Exercitando a cidadania

Analisamos anteriormente a ideia de que a sociedade civil parece estar imbricada com a democracia e que diferentes pensadores refletiram sua existência, ora em contraposição ao Estado, ora estando atrelada a este. Além disso, vimos que a democracia foi, com o tempo, ressignificando-se até ganhar as conotações atuais. Se a democracia corresponde ao sistema de governo e a sociedade civil é o elo vivo de percepção de uma suposta existência democrática, a cidadania se coloca como o exercício da dinâmica social onde se faz perceber uma sociedade democrática.

Basicamente, a cidadania pode ser definida como a possibilidade de exercer plenamente a participação social em todas as suas instâncias, definindo previamente os direitos, respeitando-os e, ao mesmo tempo, cumprindo os deveres que se tem enquanto cidadão.

Entre os questionamentos que saltam à mente quando nos referimos às sociedades contemporâneas ocidentais podemos elencar estes: é possível dizer que todas as pessoas têm acesso, de maneira igual, aos bens simbólicos e materiais disponíveis? Todas as pessoas participam da sociedade em condições de igualdade e têm o mesmo acesso aos espaços de tomada de decisão e construção coletiva da vida pública? Que abordagens podemos fazer na tentativa de se fazer valer o papel da cidadania em sua plenitude?

Como vimos, alguns autores associaram as ideias liberais ao Estado, e este, por seu turno comodamente, foi associado à democracia - o que acabou por gerar o conceito de democracia representativa liberal. O filósofo alemão Habermas em sua obra *A inclusão do outro* (2018) definiu três modelos idealizados de democracia, o primeiro coincide com o acima apresentado em que o Estado media as tensões sociais e o processo político passa a ser a programação do poder público, no qual as pessoas lutam por posições e influência dentro da malha social; um segundo modelo é o de democracia republicana, neste, o Estado se comporta como uma espécie de pessoa jurídica da sociedade, sendo o processo político por sua vez uma espécie de



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

autoatendimento ético, sendo importante para o cidadão a realização dos valores coletivos. O terceiro e talvez mais complexo modelo apresentado por Habermas é o de democracia deliberativa, que prevê uma superação entre sociedade civil e Estado. Para esse pensador, a democracia deve abarcar tanto valores de âmbito coletivo quanto da esfera privada e defende que em uma democracia dita deliberativa os processos comunicativos devem ser constantes, ou seja, os cidadãos estão em constante debate em uma troca argumentativa contínua e produtiva. Desse modo, a sociedade estaria trabalhando no esforço de discutir o que seria melhor para todos os argumentos morais e de justiça, aquilo que tem a ver com o interesse da comunidade, que são os argumentos éticos e, por último, discutir o que é de interesse individual.

Essa perspectiva se aproxima ao que comumente passou a se chamar de democracia participativa. Nela, temos a impressão de se estar entre a democracia direta e a representativa, em que os cidadãos têm uma ampliação na participação de temas que dizem respeito ao coletivo com mais igualdade entre os pares o que diminuiria a distância entre representantes e representados. Nesse modelo há o vislumbre de uma cogestão da coisa pública entre o governo e a população, que por meio da articulação de grupos sociais mobiliza a discussão de suas pautas ao grande público de forma consciente e articulada.

No Brasil, alguns mecanismos foram criados na tentativa de garantir a concretização de uma democracia mais participativa. Em seu estudo *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* Dagnino (2004) nos diz que:

A Constituição brasileira de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã” incluía mecanismos de democracia direta e participativa. Entre eles o estabelecimento de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas sobre questões relacionadas com a saúde, crianças e adolescentes, assistência social, mulheres, etc. Anos mais tarde surgiram na prática da administração pública os chamados Orçamentos Participativos, que são espaços públicos para deliberação sobre o orçamento das administrações municipais, onde a população decide sobre onde e como os investimentos devem ser realizados. Diferentemente dos Conselhos Gestores, cuja existência é uma exigência legal, os Orçamentos Participativos derivam de escolhas políticas dos diferentes governos municipais e estaduais. (DAGNINO, 2004, p. 96)



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

Para a autora, os pressupostos legais de adoção de uma cidadania mais efetiva era fruto da necessidade que o país vivia em superar, no plano jurídico, a herança e os resquícios do regime de exceção pelo qual o país havia passado entre 1964 e 1985. Dessa forma, a Carta Magna brasileira de 1988 torna-se um marco não apenas do avanço de conquistas depois de décadas de lutas pela democratização, mas, principalmente, por adotar em seu conteúdo valores que contribuem na implementação dos espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Todo este processo gerou o que a autora define como nova cidadania:

A então chamada *nova cidadania*, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política. Incorporando características de sociedades contemporâneas, tais como o papel das subjetividades, o surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo e de direitos também de novo tipo, bem como a ampliação do espaço da política, esse projeto reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural com respeito à construção da democracia. Nesse sentido, a nova cidadania inclui construções culturais, como as subjacentes ao autoritarismo social como alvos políticos fundamentais da democratização. (DAGNINO, 2004, p. 102)

Porém, Dagnino (2004) atenta para um efeito típico das sociedades liberais ocidentais em relação à apropriação do rótulo de cidadania por entidades privadas. Seu argumento é o de que estas entidades privadas, como fundações empresariais, têm se esforçado na consolidação de um trabalho contínuo de se colocarem como pioneiras de ações sociais imprescindíveis ao meio social, vendendo a imagem de serem não apenas meras colaboradoras, mas como eixo central na concepção de cidadania dos dias atuais. A raiz dessa questão reside no interesse mercantil de maximização de lucros através da sua imagem pública baseada na sua responsabilidade social.

Como consequência, o que se tem é um deslocamento das questões centrais que dizem respeito diretamente à cidadania, em que o debate se esvazia e ganha força as ações



filantrópicas. Esse efeito torna a reflexão sobre as causas da desigualdade social mais débil, empobrecendo o debate que, de maneira crítica e mais participativa, é tão importante como meio de criar alternativas aos males contemporâneos. Ganhando espaço as campanhas publicitárias que apresentam uma leitura simplista e rasa na qual o objetivo não é despertar o cidadão à conscientização, mas sim sensibilizá-lo à ação filantrópica. Com isso, o cidadão é cativado a se tornar um colaborador que, por meio de doações, contribui no fortalecimento de uma cidadania terceirizada. E conclui

É através desse entendimento de cidadania restrito à responsabilidade moral privada que a sociedade é chamada a se engajar no trabalho voluntário e filantrópico. A cidadania é identificada com e reduzida à solidariedade para com os pobres, por sua vez, entendida no mais das vezes como mera caridade: numa propaganda de televisão, num modelo exaustivamente repetido hoje no Brasil, uma conhecida atriz brasileira, convidando o público a doar o equivalente a cinco dólares americanos por mês para um programa de assistência à criança, termina enfaticamente sua fala dizendo: “Isto é cidadania”. (DAGNINO, 2004, p. 96)

Anderson (2006) alertou, certa vez, sobre o perigo dos modismos intelectuais. Segundo ele, os modismos são muito sedutores sobretudo aos mais jovens, que pela força natural de sua energia concentrada e principalmente pelo desejo de mudança tendem a compartilhar ideias aparentemente condizentes com um modelo de cidadania participativa. Como antídoto contra o modismo de uma cidadania solidária neoliberal, em que o cidadão não é mais que mero contribuinte de donativos, o autor aponta a inclusão do debate e a contraposição de ideias. Ou seja, o confronto dos modelos existentes e os idealizados (da democracia representativa liberal ao socialismo utópico) é a chave para a prática construtiva de percepções e ideias práticas a serem aplicadas na sociedade vigente.

Uma sociedade verdadeiramente democrática deve prezar pelo diálogo contínuo entre seus cidadãos, e fortalecer os laços de uma cidadania dialogada é uma alternativa mais que viável, é necessária. Os jovens como motor de mudança da sociedade devem se ver dentro deste processo de consolidação da democracia brasileira, na qual sua presença nas discussões por uma sociedade melhor os tornam protagonistas da história. É através dessa perspectiva que o



exercício da cidadania se faz cada vez mais presente, exigindo das gerações vindouras uma autoafirmação de ser social crítico e transformador.

## Orientações para realização de atividades

Como sugestão de atividade para o debate sobre a atuação da cidadania e, em especial, a cidadania na perspectiva da realidade brasileira contemporânea, sugere-se a mostra do filme brasileiro *Quanto vale ou é por quilo?* do diretor Sérgio Bianchi. Essa produção cinematográfica traz uma abordagem bastante crítica a respeito dos trabalhos realizados por Organizações Não Governamentais (ONGs) na qual constrói uma narrativa que questiona até que ponto a atuação destas são verdadeiramente eficazes no combate à desigualdade social no Brasil e quais interesses têm por trás de suas ações.

O filme faz uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo *marketing* social. Nesse ponto, é possível abordar a temática discutida neste capítulo sobre a importância de entender a cidadania nos dias atuais, compreendendo os desafios existentes na sociedade brasileira ao mesmo tempo que reflete as armadilhas do capital em tentar se apropriar do protagonismo social por meio de iniciativas que mais ajudam a solidificar a imagem das empresas envolvidas em campanhas publicitárias e de voluntariado social do que realizar uma chamada à reflexão crítica e a tomada de decisões que possam contribuir ao combate da desigualdade social.

Outra ação que pode ter relação com a anterior, ou ocorrer de forma paralela é abordar as questões referentes aos plebiscitos e referendos. Uma sugestão seria, em um primeiro momento, esclarecer a diferença entre um e outro. De modo geral, tanto plebiscitos quanto referendos podem ser entendidos como consultas públicas amplas em que toda a população votante pode emitir opinião por meio do voto. No caso dos plebiscitos, a consulta é feita antes da aprovação final de uma legislação ou medida; no caso dos referendos, depois, como forma



## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

de validá-la e conferir mais legitimidade à mudança ou rechaçá-la. No caso do plebiscito ele tem teor consultivo, ou seja, o Congresso Nacional brasileiro não tem a obrigação legal de concordar com o voto da maioria da população. Já no referendo, ao contrário, se houver rechaço da proposta submetida pelo Congresso Nacional ao escrutínio da população, a medida deve retornar para debate nas respectivas casas (Câmara dos Deputados Federais e Senado) sendo alterada de acordo com a vontade popular e novamente votada pelos parlamentares, para ser em seguida submetida, mais uma vez, a referendo, dependendo da aprovação dele para que entre em vigor.

A proposta serve para que os estudantes sejam desafiados a analisar um plebiscito e um referendo realizado no território brasileiro de modo a entender o que se discutia em questão e qual proposta foi vencedora, considerando questões como: no plebiscito o que estava sendo votado? Por quê? Quais campanhas publicitárias foram veiculadas na época (é possível fazer um resgate de parte delas por meio de fontes diversas como jornais, revistas, páginas virtuais criadas especificamente com o intuito de difundir a defesa de uma das propostas)? Qual foi o resultado da proposta em números e quais leituras são possíveis fazer sobre ele? No caso do referendo, pode-se questionar pontos como: o que motivou a realização deste referendo? Qual o contexto da época? Que grupos defendiam as propostas apresentadas? Quais desses grupos mais se destacaram nas discussões e debates públicos ao reforçar seu ponto de vista ante a opinião pública? Qual o resultado deste referendo e a que se credita este resultado? Quem, de seu ponto de vista, se beneficiaria com o resultado do referendo?

A título de sugestão, um dos casos mais emblemáticos de plebiscito realizado no Brasil foi o que aconteceu em 2011, relativo à divisão do estado do Pará, cujo resultado sobre a separação do estado mostrou a rejeição pela maioria dos votantes pela proposta. Já um exemplo de referendo foi o ocorrido em 2005, que tratava um ponto específico sobre o Estatuto do Desarmamento no qual a população foi consultada a votar se era contra a proibição de comercialização de armas de fogo e munições ou a favor da medida. Os votos em contra acabaram vencendo na ocasião.



Visto em <https://tse.jus.br/> Acesso em 2 mar 2022

E, para finalizar, o professor deve pedir aos estudantes que organizem todo o material explorado durante a vivência desta Unidade Curricular, para ser compartilhado de modo coletivo em sala de aula e, depois, para o restante da escola. Os discentes podem organizar banners, podcast, uma apresentação teatral, ou outra forma em que fique claro todo o percurso formativo vivenciado de pesquisa durante o decorrer desta unidade.

## Orientações para a Avaliação

Deve-se observar se os estudantes conseguem analisar informações coletadas pelas diversas fontes, realizando um panorama a respeito dos dados de modo a construir uma interpretação quantitativa dos dados.

Perceber se conseguem realizar trabalhos de campo como entrevistas estruturadas ou semiestruturadas com o intuito de coletar informações a respeito da pesquisa encaminhada sobre episódios relacionados à realização de plebiscitos e referendos passados.

Se são capazes de apresentar de forma clara e objetiva o resultado de suas análises de modo a defender uma hipótese plausível e fundamentada.



## 5. Referencial Bibliográfico

ANDERSON, Perry. **Espectro**. São Paulo, Boitempo, 2006.

BOBBIO, N. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

COHEN, J. **Sociedade civil e globalização: repensando categorias**. Dados, v. 46, n. 3, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000300001&script=sciabstract&tlng=pt>>. Acesso em: 10 maio de 2022.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Em: Políticas de Ciudadanía y Sociedade Civil em tempos de globalización. **Revista do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**, Caracas, Venezuela v. 1, n. 1, p. 95-110, abr. 2004.

DAGNINO, Evelina e TATAGIBA, Luciana. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó, Argos, 2007.

HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro**. São Paulo, Unesp, 2018.

NIELBURS, Reinhold. **A crise mundial e a responsabilidade dos Estados Unidos**. São Paulo, Dominus, 1964.

ROSENFELD, D. **O que é democracia**. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 2013.